

release de resultado 3T11



CTEEP ANUNCIA RESULTADOS DO 3T11

São Paulo, 14 de Novembro de 2011 – A CTEEP - Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista (“CTEEP ou Companhia”) (BM&FBovespa: **TRPL3** e **TRPL4**), principal concessionária privada do setor de transmissão de energia elétrica no Brasil, anuncia seus resultados do 3º trimestre de 2011. As informações financeiras e operacionais dos períodos a seguir, exceto onde indicado o contrário, são apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Teleconferência e Webcast de Resultados

Dia: 16/11/2011

**Hora: 15h00 (Brasília),
12h00pm (NY)**

Telefones para conexão:
Brasil: (+55 11) 4688 6361
USA: (+1 888) 700 0802
Other: (+1 786) 924 6977

Webcast:

www.cteep.com.br/ri

Relações com Investidores

www.cteep.com.br/ri

Marcio Lopes Almeida
Diretoria Financeira e de
Relações com Investidores
ri@cteep.com.br

Thiago Lopes da Silva
Relações com Investidores
tlsilva@cteep.com.br
Tel: (11) 3138-7557

Assessoria de Imprensa
Mariana Bertolini - CDI
Comunicação Corporativa
mariana@cdicom.com.br
Tel: (55 11) 3817-7913

DESTAQUES

- A **receita operacional líquida** atinge R\$ 896,53 milhões no 3T11, o que representa um aumento de 29,8% frente ao 2T11 e 44,4% frente ao 3T10, quando alcançou R\$ 690,7 milhões e R\$ 620,7 milhões, respectivamente;
- **EBITDA** de R\$ 509,4 milhões no 3T11 apresenta crescimento de 52,8% em relação ao 2T11 (R\$ 333,4 milhões) e 39,9% quando comparado ao 3T10 (R\$ 364,1 milhões);
- **Lucro Líquido** alcança R\$ 344,9 milhões no 3T11, o que demonstra crescimento de 72,0% em relação ao 2T11, quando alcançou R\$ 200,5 milhões e 41,3% em relação ao 3T10 em que registrou R\$ 244,0 milhões;
- **Reajuste Anual da RAP:** Através da Resolução Homologatória nº 1.171, a ANEEL estabeleceu a nova RAP da Companhia para o ciclo 2011/2012. De acordo com a Resolução a nova RAP da CTEEP passa a ser de R\$ 2.008,3 milhões, o que representa um acréscimo na controladora de 14,1% em relação ao ciclo 2010/2011;
- Realizado, no 3º trimestre de 2011, o pagamento aos acionistas na forma de **dividendos e juros sobre o capital próprio** no montante de **R\$ 240,7 milhões**, correspondente à **R\$ 1,56** por ação de ambas as espécies;
- **Leilão de Transmissão – ANEEL:** Em 02 de setembro de 2011, através do leilão ANEEL nº 004/2011, em sessão pública realizada na BM&FBOVESPA, a CTEEP arrematou o lote K de forma independente e o lote L através do consórcio Garanhuns com CHESF.
- **APIMEC - 2011:** Em 14 de outubro de 2011 a Companhia realizou reunião pública com os profissionais e analistas de investimento do mercado de capitais. Na oportunidade, a CTEEP recebeu o **Selo Assiduidade Ouro**, pelos 10 anos de participação ininterruptos.

resultados | 3T11



Índice de
Energia
Elétrica **IEE**

Índice
Brasil **IBRX**

Índice de
Ações com Governança
Corporativa Diferenciada **IGC**

MidLarge Cap **MLCX**



Principais Indicadores de Resultado

Principais Indicadores					
(R\$ mil)	3T11	2T11	3T10	Var % 3T11/2T11	Var % 3T11/3T10
Receita Líquida	896.533	690.735	620.708	29,8%	44,4%
EBITDA	509.434	333.427	364.095	52,8%	39,9%
Margem EBITDA	56,8%	48,3%	58,7%	8,6 p.p	-1,8 p.p
Lucro Líquido	344.863	200.505	244.010	72,0%	41,3%
Margem Líquida	38,5%	29,0%	39,3%	9,4 p.p.	-0,8 p.p
Lucro por Ação	2,27	1,32	1,61	72,0%	41,3%

Sobre a CTEEP

Transmitir energia elétrica, com qualidade e eficiência. Esse é o negócio da CTEEP – Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista, a principal concessionária privada do setor de transmissão de energia elétrica do Brasil.

Através de sua rede – formada por 12.993 km de linhas, 18.782 km de circuitos, 2.488 km de cabos de fibra ótica e 105 subestações com tensão de até 550 kV – trafegam 30% da energia elétrica produzida no Brasil e 60% da energia consumida na região Sudeste.

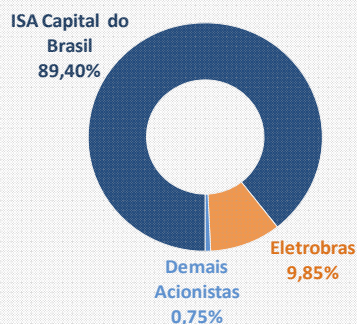
Com capacidade instalada de 44.431 MVA (Mega Volt Ampère), a CTEEP está presente, com ativos próprios e por meio de subsidiárias e participações, em 12 estados brasileiros: Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Minas Gerais, Rondônia, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás, Tocantins, Maranhão e Piauí.

A CTEEP possui participação em empresas constituídas para a prestação dos serviços públicos de transmissão de energia elétrica: 100% nas subsidiárias IEMG (Interligação Elétrica de Minas Gerais), Pinheiros (Interligação Elétrica Pinheiros) e na Serra do Japi (Interligação Elétrica Serra do Japi); 51% na IESul (Interligação Elétrica Sul), 51% na IEMadeira (Interligação Elétrica Madeira); e 25% na IENNE (Interligação Elétrica Norte e Nordeste).

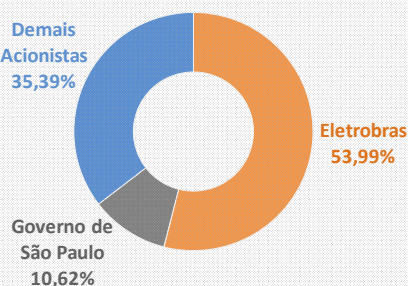
Controlada pela ISA, um dos maiores grupos de transmissão de energia da América Latina, que detém 89,40% das ações ordinárias, a CTEEP tem ainda entre seus investidores a Eletrobras, maior grupo de energia brasileiro, o Governo do Estado de São Paulo e 61 mil acionistas pessoas física e jurídica.

Com ações listadas na BM&FBovespa, a CTEEP participa, desde 2002, do Nível 1 de Governança Corporativa. Suas ações preferenciais são listadas no Ibovespa, o mais importante indicador do desempenho médio das cotações do mercado brasileiro de ações. Adicionalmente, a Companhia participa do programa de *American Depositary Receipts* – ADRs – Regra 144 A nos Estados Unidos.

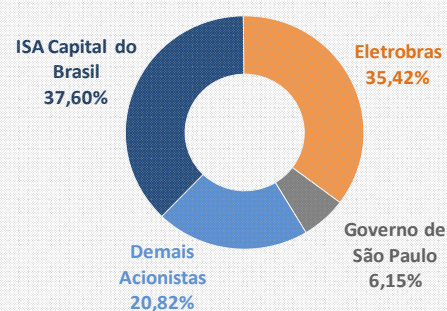
Ações Ordinárias - TRPL3 (42% do total)



Ações Preferenciais - TRPL4 (58% do total)



Capital Social Total



Desempenho Operacional

▪ Excelência Operacional

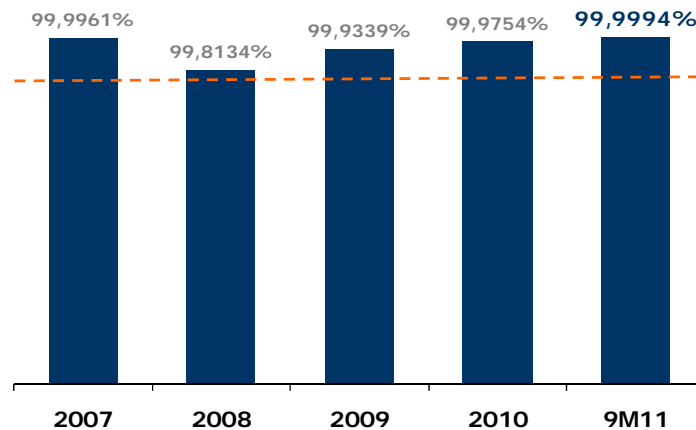
A receita operacional da CTEEP está diretamente relacionada à disponibilidade de seus ativos: linhas de transmissão, reatores e transformadores. A Companhia investe permanentemente para garantir a eficiência e qualidade na operação, na medida em que a indisponibilidade de seus ativos pode gerar um desconto em sua receita.

Abaixo alguns indicadores que ilustram a eficiência operacional da Companhia de 2007 ao 9M11:

Linhas de Transmissão

18.782 Km de circuito

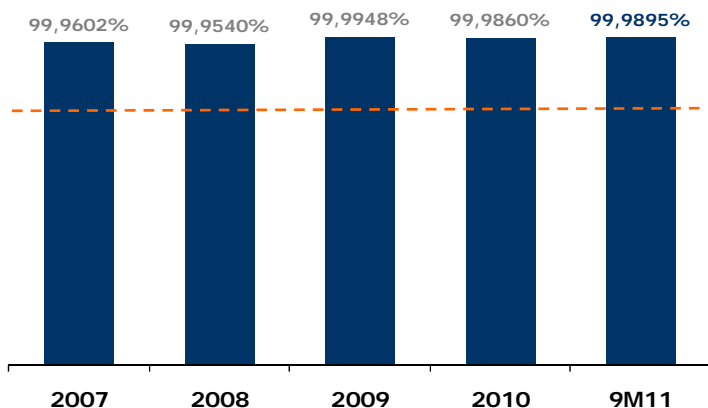
Meta: 99,75



Reatores

79 em operação

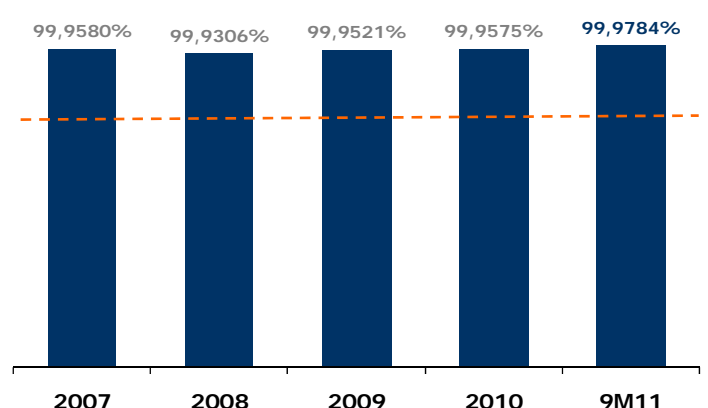
Meta: 99,55%



Transformadores

524 em operação

Meta: 99,50%



Efeitos da adoção do IFRS e dos pronunciamentos do CPC

■ Efeito nas demonstrações financeiras

A seguir apresentamos a conciliação entre as informações trimestrais elaboradas em conformidade com as práticas contábeis atuais e as anteriores, denominadas “BR GAAP (pró-forma)”:

	Efeito da transição para as IFRS			Efeito da transição para as IFRS		
	BR GAAP		IFRS	BR GAAP		IFRS
Ativo (R\$ mil)	30 de setembro de 2011			31 de dezembro de 2010		
CIRCULANTE						
Caixa e equivalentes de caixa	327.466	0	327.466	54.983	0	54.983
Contas a Receber	260.703	1.338.171	1.598.874	244.524	1.179.866	1.424.390
Estoques	48.181	0	48.181	44.791	0	44.791
Valores a Receber - Secretaria da Fazenda	20.798	0	20.798	22.938	0	22.938
Tributos e contribuições a compensar	13.434	0	13.434	11.230	0	11.230
Benefício fiscal - ágio incorporado	28.832	-28.832	0	28.832	-28.832	0
Imposto Diferidos	28.997	-28.997	0	32.575	-32.575	0
Despesas pagas antecipadamente	6.339	455	6.794	1.876	735	2.611
Instrumentos Financeiros Derivativos	5.881	0	5.881	0	0	0
Outros	73.975	0	73.975	35.848	-46	35.802
	814.606	1.280.797	2.095.403	477.597	1.119.148	1.596.745
NÃO CIRCULANTE						
Realizável a longo prazo						
Contas a Receber	316	4.986.841	4.987.157	978	4.224.331	4.225.309
Valores a Receber - Secretaria da Fazenda	771.118	0	771.118	681.129	0	681.129
Benefício Fiscal - ágio incorporado	97.455	28.832	126.287	119.079	28.832	147.911
Impostos Diferidos	75.690	-75.690	0	62.171	-34.121	28.050
Cauções e Depósitos Vinculados	54.858	0	54.858	42.248	0	42.248
Estoques		192.125	192.125	0	184.264	184.264
Instrumentos Financeiros Derivativos	26.770	0	26.770			
Outros	7.925	0	7.925	6.624	0	6.624
	1.034.132	5.132.108	6.166.240	912.229	4.403.306	5.315.535
Imobilizado Intangível	5.895.774	-5.886.988	8.786	5.254.978	-5.245.784	9.194
	74.246	-64.450	9.796	70.066	-60.122	9.944
	5.970.020	-5.951.438	18.582	5.325.044	-5.305.906	19.138
Total do Ativo	7.818.758	461.467	8.280.225	6.714.870	216.548	6.931.418
Passivo e Patrimônio Líquido (R\$ mil)	30 de setembro de 2011			31 de dezembro de 2010		
CIRCULANTE						
Empréstimos e financiamentos	948.296	0	948.296	332.413	0	332.413
Debêntures	223.654	0	223.654	2.154	0	2.154
Fornecedores	109.631	0	109.631	93.964	0	93.964
Tributos e Encargos sociais a recolher	99.288	0	99.288	88.745	0	88.745
Impostos parcelados - Lei nº 11.941	12.002	0	12.002	10.353	0	10.353
Encargos Regulatórios	55.414	0	55.414	49.559	0	49.559
Juros sobre o Capital Próprio / Dividendos a pagar	240.447	0	240.447	193.822	0	193.822
Provisões	24.645	0	24.645	22.662	0	22.662
Valores a Pagar - Fundação CESP	5.512	0	5.512	6.503	0	6.503
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	272	-272	0	207	-207	0
Instrumentos Financeiros Derivativos	9.256	0	9.256			
Outros	32.650	-206	32.444	13.874	0	13.874
	1.761.067	-478	1.760.589	814.256	-207	814.049
NÃO CIRCULANTE						
Exigível a longo prazo						
Empréstimos e Financiamentos	768.654	0	768.654	540.032	0	540.032
Impostos parcelados - Lei nº 11.941	145.026	0	145.026	144.964	0	144.964
PIS e COFINS diferidos	0	207.388	207.388	0	117.632	117.632
Imposto de renda e contribuição social diferidos	19.386	24.247	43.633	19.539	-10.187	9.352
Encargos Regulatórios	2.174	0	2.174	2.174	0	2.174
Provisão para Contingências	163.945	0	163.945	161.688	0	161.688
Debêntures	553.498	0	553.498	553.639	0	553.639
Obrigações Especiais - Reversão/Amortização	24.053	0	24.053	24.053	0	24.053
Deságio	16.060	-16.060	0	0	0	0
Outros	0	0	0	0	0	0
	1.692.796	215.575	1.908.371	1.446.089	107.445	1.553.534
PATRIMÔNIO LÍQUIDO						
Capital Social	1.119.911	0	1.119.911	1.119.911	0	1.119.911
Reservas de Capital	2.231.113	0	2.231.113	2.231.113	0	2.231.113
Reservas de Lucros	903.139	109.298	1.012.437	904.824	109.300	1.014.124
Lucros acumulados	93.778	137.072	230.850	0	0	0
Proposta de distribuição de dividendo adicional	0	0	0	198.011	10	198.021
Adiantamento para futuro aumento de capital	16.954	0	16.954	666	0	666
	4.364.895	246.370	4.611.265	4.454.525	109.310	4.563.835
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido	7.818.758	461.467	8.280.225	6.714.870	216.548	6.931.418

O ativo financeiro se origina na medida em que o operador tem o direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do concedente pelos serviços de construção; o concedente tem pouca ou nenhuma opção para evitar o pagamento, normalmente porque o contrato é executável por lei. O concessionário tem o direito incondicional de receber caixa se o concedente garantir em contrato o pagamento (a) de valores preestabelecidos ou determináveis ou (b) insuficiência, se houver, dos valores recebidos dos usuários dos serviços públicos com relação aos valores preestabelecidos ou determináveis, mesmo se o pagamento estiver condicionado à garantia pelo concessionário de que a infraestrutura atende a requisitos específicos de qualidade ou eficiência.

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

(em R\$ mil)

	3T11			3T10		
	BR GAAP	Efeito transição para as IFRS	IFRS	BR GAAP	Efeito transição para as IFRS	IFRS
Receita Operacional Líquida	474.958	421.575	896.533	442.824	177.884	620.708
Custo dos serviços de operação	(121.506)	(236.408)	(357.914)	(110.233)	(106.638)	(216.871)
Lucro Bruto	353.452	185.167	538.619	332.591	71.246	403.837
(Despesas) receitas operacionais						
Gerais e administrativas	(27.062)	(2.052)	(29.114)	(35.557)	(3.980)	(39.537)
Honorários da administração	(1.347)	(306)	(1.653)	(1.378)	(316)	(1.694)
Despesas financeiras	(78.937)	(4.743)	(83.680)	(33.723)	(4.360)	(38.083)
Receitas financeiras	33.247	9.911	43.158	11.389	970	12.359
Outras despesas, líquidas	(7.433)	28.575	21.142	(2.418)	(4.248)	(6.666)
Lucro operacional	271.920	216.552	488.472	270.904	59.312	330.216
Imposto de renda e contribuição social						
Corrente	(73.799)	-	(73.799)	(41.729)	-	(41.729)
Diferido	10.091	(79.901)	(69.810)	(25.262)	(19.215)	(44.477)
Lucro antes da reversão dos juros sobre capital próprio	208.212	136.651	344.863	203.913	40.097	244.010
Lucro líquido do exercício	208.212	136.651	344.863	203.913	40.097	244.010

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA

(em R\$ mil)

	9M11			9M10		
	BR GAAP	Efeito transição para as IFRS	IFRS	BR GAAP	Efeito transição para as IFRS	IFRS
Fluxos de caixa das atividades operacionais	333.180	(301.325)	31.855	311.231	(170.914)	140.317
Fluxos de caixa das atividades de investimento	(301.776)	301.325	(451)	(171.210)	170.914	(296)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento	78.866	-	78.866	(152.424)	-	(152.424)

Descrição dos ajustes

A seguir, apresentamos descrição dos principais ajustes decorrentes dos principais pronunciamentos contábeis que afetaram as demonstrações financeiras da Companhia:

Contratos de concessão (ICPC 01 e OCPC 05)

A partir de 01 de janeiro de 2010 (efeitos de abertura 01 de janeiro de 2009 para fins de comparação) a Companhia adotou e utilizou para fins de classificação e mensuração das atividades de concessão as previsões da interpretação ICPC 01 emitida pelo CPC (“equivalente ao IFRIC12 das normas internacionais de contabilidade conforme emitido pelo IASB”). Esta interpretação orienta os concessionários sobre a forma de contabilização de concessões de serviços públicos a entidades privadas, quando:

- ✓ o concedente controle ou regulamente quais serviços devem ser prestados, a quem os serviços devem ser prestados e o seu preço que deve ser cobrado; e
- ✓ o concedente controle – por meio de titularidade, usufruto ou de outra forma – qualquer participação residual significativa na infraestrutura no final do prazo da concessão.

Para os contratos de concessão qualificados para a aplicação do ICPC 01, a infraestrutura construída, ampliada, reforçada ou melhorada pelo operador não é registrada como ativo imobilizado do próprio operador porque o contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle (muito menos de propriedade) do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para realização dos serviços públicos, sendo eles (imobilizado) revertidos ao concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem direito de operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do concedente, nas condições previstas no contrato.

Assim, nos termos dos contratos de concessão dentro do alcance do ICPC 01, o concessionário atua como prestador de serviço. O concessionário constrói, amplia, reforça ou melhora a infraestrutura (serviços de construção) usada para prestar um serviço público além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação e manutenção) durante determinado prazo. O concessionário deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 17 – Contratos de Construção (equivalente ao IAS 11, conforme emitido pelo IASB) e CPC 30 – Receitas (equivalente ao IAS 18, conforme emitido pelo IASB). Caso o concessionário realize mais de um serviço (p.ex., serviços de construção ou melhoria e serviços de operação) regidos por um único contrato, a remuneração recebida ou a receber deve ser alocada com base nos valores justos relativos dos serviços prestados caso os valores sejam identificáveis separadamente. Assim, a contra partida pelos serviços de construção ou melhorias efetuadas nos ativos da concessão passa a ser classificada como ativo financeiro, ativo intangível ou ambos.

O ativo financeiro se origina na medida em que o operador tem o direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do concedente pelos serviços de construção; o concedente tem pouca ou nenhuma opção para evitar o pagamento, normalmente porque o contrato é executável por lei. O concessionário tem o direito incondicional de receber caixa se o concedente garantir em contrato o pagamento (a) de valores preestabelecidos ou determináveis ou (b) insuficiência, se houver, dos valores recebidos dos usuários dos serviços públicos com relação aos valores preestabelecidos ou determináveis, mesmo se o pagamento estiver condicionado à garantia pelo concessionário de que a infraestrutura atende a requisitos específicos de qualidade ou eficiência. A remuneração recebida ou a receber deve ser inicialmente registrada pelo seu valor justo recebido ou a receber.

Os critérios utilizados para a adoção da interpretação das concessões detidas pela Companhia e o impacto da sua adoção inicial são descritos abaixo:

A interpretação ICPC 01 foi considerada aplicável a todos os contratos de serviço público-privado em que a Companhia faz parte.

Todas as concessões foram classificadas dentro do modelo de ativo financeiro, **sendo o reconhecimento da receita e custos das obras relacionadas à formação do ativo financeiro através do método de percentual de evolução**. O ativo financeiro de indenização é reconhecido quando a construção é finalizada e incluída como remuneração dos serviços de construção.

As disposições da ICPC 01 foram aplicadas retroativamente para as

concessões das controladas IEMADEIRA, IESUL, IENNE, IEMG, Serra do Japi e Pinheiros, sendo recalculados os efeitos que a adoção teria em 1º de janeiro de 2009 (início do período de mais antigo utilizado para fins comparativos) e atribuídos os efeitos acumulados aos componentes do patrimônio líquido. Dada a impossibilidade de reconstruir de forma confiável os dados históricos, a aplicação prospectiva foi adotada para os contratos de concessão celebrados pela CTEEP,

Conforme definido nos contratos, a extinção da concessão determinará, de pleno direito, a reversão ao poder concedente dos bens vinculados ao serviço, procedendo-se os levantamentos e avaliações, bem como a determinação do montante da indenização devida à concessionária, observados os valores e as datas de sua incorporação ao sistema elétrico. A Companhia considera que o valor da indenização a que terá direito deve corresponder ao Valor Novo de Reposição ajustado pela depreciação acumulada de cada item. Considerando as incertezas existentes hoje no mercado de energia, a Companhia estimou o valor de indenização de seus ativos com base nos seus respectivos valores de livros, sendo este o montante que a Administração entende ser o mínimo garantido pela regulamentação em vigor. Considerando que a Administração monitora de maneira constante a regulamentação do setor, em caso de mudanças nesta regulamentação que, por ventura alterem a estimativa sobre o valor de indenização dos ativos, os efeitos contábeis destas mudanças serão tratados de maneira prospectiva nas Demonstrações Financeiras. No entanto, a Administração reitera seu compromisso em continuar a defender os interesses dos acionistas da Companhia na realização destes ativos, visando à maximização do retorno sobre o capital investido na concessão, dentro dos limites legais. Esta indenização faz parte da remuneração dos serviços de construção e é reconhecido no momento em que a obra é finalizada.

A Companhia determinou o valor justo dos serviços de construção considerando que os projetos embutem margem suficiente para cobrir os custos de construção mais determinadas despesas do período de construção. A taxa efetiva de juros que remunera o ativo financeiro advindo dos serviços de construção foi determinada considerando a expectativa de retorno dos acionistas sobre um ativo com estas características.

Os ativos financeiros foram classificados como empréstimos e recebíveis e a receita financeira apurada mensalmente é registrada diretamente no resultado.

As receitas com construção e receita financeira apurada sobre o ativo financeiro de construção estão sujeitas ao diferimento de Programa de Integração Social - PIS e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS cumulativos, registrados na conta "impostos diferidos" no passivo não circulante.

Benefício fiscal – ágio incorporado da controladora (CPC 04)

O benefício fiscal – ágio incorporado da controladora, anteriormente apresentado no ativo circulante, foi reclassificado para o ativo não circulante.

Imposto de renda e contribuição social diferidos (CPC 32)

Reconhecido sobre as diferenças temporárias no final de cada exercício entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável. Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente.

Adicionalmente, conforme estabelecido pelo CPC 26, os impostos diferidos originalmente apresentados no ativo circulante foram reclassificados para o ativo não circulante.

Contabilização da proposta de pagamento de dividendos (ICPC 08)

Essa interpretação esclarece que a declaração de dividendos, excedente ao mínimo obrigatório, após o período contábil a que se referem as demonstrações financeiras não devem ser reconhecidos como passivo, em virtude de não atenderem aos critérios de obrigação presente na data das demonstrações financeiras como definido no CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

Benefícios a empregados - Fundação CESP (CPC 33)

Esse pronunciamento fornece orientação sobre o reconhecimento, mensuração e evidência dos benefícios concedidos aos empregados.

Os cálculos atuariais dos planos de pensão e aposentadoria patrocinados pela Companhia apresentam, desde o exercício de 2008, superávit que, uma vez que utilizam o método do “corredor”, geram ganhos não reconhecidos. Contudo, o ganho apurado não é superior ao limite de restrição ao reconhecimento do ativo (“asset ceiling”) estabelecido pelo CPC 33 (IAS 19).

Deságio (ICPC 09)

Representado pelo deságio auferido quando da aquisição de 49% das ações ordinárias da EPTE - Empresa Paulista de Transmissão de Energia Elétrica S.A. Essas ações pertenciam à Secretaria de Estado dos Negócios da Fazenda de São Paulo e à Companhia Paulista de Administração de Ativos - CPA e foram adquiridas, em 26 de março de 1999, pela CESP - Companhia Energética de São Paulo. Na cisão parcial da CESP, as referidas ações e o deságio apurados foram vertidos à CTEEP. A EPTE foi incorporada pela Companhia em 10 de novembro de 2001. Conforme ICPC 09, o deságio foi registrado nos lucros acumulados como compra vantajosa.

Desempenho Econômico-Financeiro

■ Reajuste Anual da Receita

Em 28 de junho de 2011, foi publicada a Resolução Homologatória nº 1.171, estabelecendo as receitas anuais permitidas da CTEEP, pela disponibilização das instalações de transmissão integrantes da Rede Básica e das Demais Instalações de Transmissão, para o ciclo de 12 meses, compreendendo o período de 01 de julho de 2011 a 30 de junho de 2012.

De acordo com a citada Resolução, a Receita Anual Permitida - RAP da CTEEP, que era de R\$ 1760,82 milhões em 01 de julho de 2010, passou para R\$ 2.008,3 milhões em 01 de julho de 2011, apresentando um incremento de R\$ 247,5 milhões, equivalente a 14,1%.

A RAP da Companhia e de suas controladas a ser auferida em duodécimos no período de 01 de julho de 2011 até 30 de junho de 2012 apresenta a seguinte composição:

Concessionária / Contrato	Rede Básica				Demais Instalações de Transmissão			TOTAL
	Ativos Existentes	Novos Invest.	Licitadas	Parcela de Ajuste	Ativos Existentes	Novos Invest.	Parcela de Ajuste	
CTEEP 59/2001	1.241.581	314.290	-	-17.795	360.076	106.099	-11.767	1.992.484
CTEEP 143/2001	-	-	15.925	-132	-	-	-	15.793
IEMG 004/2007	14.193	-	-	-	-	-	-	14.193
PINHEIROS 012/2008	-	-	7.386	-	-	-	-	7.386
PINHEIROS 015/2008	12.491	-	-	-	-	-	-	12.491
PINHEIROS 018/2008	-	-	3.174	-	-	-	-	3.174
SERRA DO JAPI 026/2009	-	-	25.200	-	-	-	-	25.200
IENNE 001/2008	36.435	-	-	-	-	-	-	36.435
IESUL 013/2008	4.447	-	-	-	-	-	-	4.447
IESUL 016/2008	8.006	-	-	-	-	-	-	8.006
IEMADEIRA 013/2009	-	-	176.249	-	-	-	-	176.249
IEMADEIRA 15/2009	-	-	151.788	-	-	-	-	151.788
(R\$ milhões)	1.317.153	314.290	379.722	-17.927	360.076	106.099	-11.767	2.447.646

Em 30 de setembro de 2011 a participação da CTEEP em suas controladas era distribuída da seguinte forma:

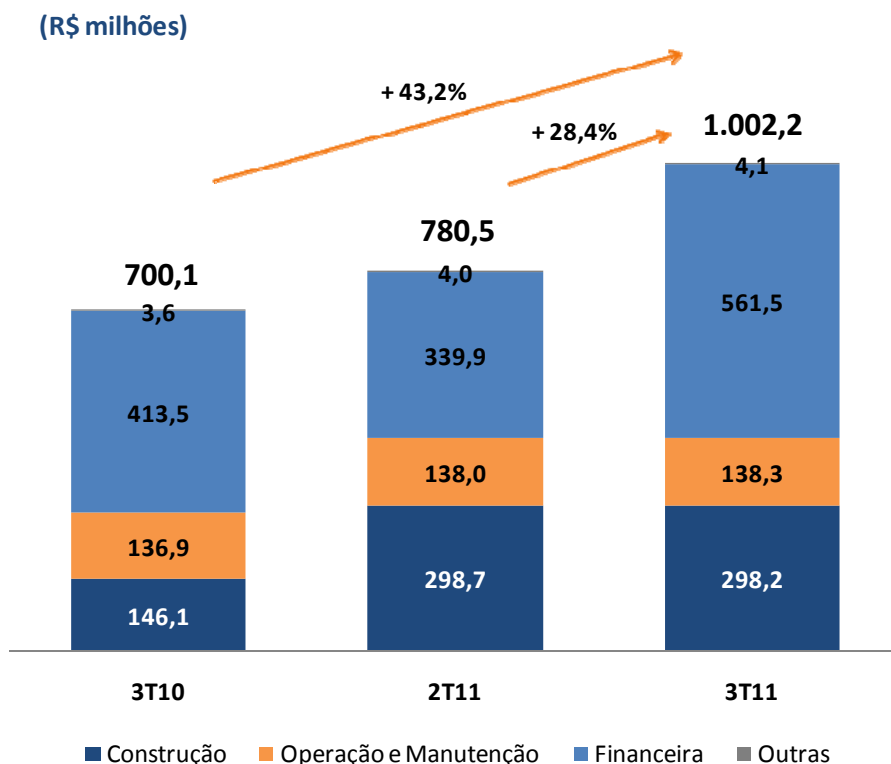
Subsidiária	Participação da CTEEP no Capital Social
IEMG	100%
PINHEIROS	100%
SERRA DO JAPI	100%
IEMADEIRA	51%
IESUL	51%
IENNE	25%

Reconhecimento da Receita no IFRS

Em conformidade com o estabelecido pela ICPC 01 as concessionárias devem registrar e mensurar a receita dos serviços que presta obedecendo aos pronunciamentos técnicos CPC 17 – Contratos de Construção e CPC 30 – Receitas (serviços de operação e manutenção).

Receita Operacional Bruta

A Receita Operacional Bruta aumentou 28,4% no trimestre atingindo R\$ 1.002,2 milhões no 3T11 e 43,2% quando comparada ao 3T10, em decorrência do aumento de 104,1% das receitas de construção e de 35,8% das receitas financeiras nos últimos 12 meses.



Receita de serviços de Construção e Operação e Manutenção - A receita relacionada aos serviços de construção ou melhoria sob o contrato de concessão de serviços é reconhecida baseada no estágio de conclusão da obra realizada.

As Receitas de Construção totalizaram R\$ 298,2 milhões no 3T11, estável em relação ao 2T11 quando registrou R\$ 298,7 milhões e 104,1% maior quando comparada ao mesmo período do ano passado quando registrou R\$ 146,1 milhões, em decorrência do avanço das obras da Serra do Japi e da IEMadeira, bem como das obras de reforços e ampliações da CTEEP, compensado pela conclusão das obras da IENNE, IESUL e Pinheiros, cujas obras foram, substancialmente, concluídas durante o exercício de 2010.

Receitas dos Serviços de Operação e Manutenção - são reconhecidas no período no qual os serviços são prestados pela Companhia. Quando a Companhia presta mais de um serviço em um contrato de concessão de serviços, a remuneração recebida é alocada por referência aos valores justos relativos dos serviços entregues.

As Receitas de Operação e Manutenção totalizaram R\$ 138,3 milhões no 3T11, comparada com R\$ 138,0 milhões no 2T11 e R\$ 136,9 milhões no 3T10.

Receita Financeira - A receita financeira é reconhecida quando for provável que os benefícios econômicos futuros deverão fluir para a Companhia e o valor da receita possa ser mensurado com confiabilidade. A receita de juros é reconhecida pelo método linear com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante do principal em aberto, sendo a **taxa efetiva de juros** aquela que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida projetada do ativo financeiro em relação ao valor contábil líquido inicial deste ativo.

O impacto do reajuste da RAP esta relacionado com a Receita Financeira, uma vez que os recebimentos de caixa futuros deverão ser reajustados em virtude do novo valor estipulado pelo regulador (ANEEL). Dessa forma, o fluxo de caixa futuro é reajustado com o novo valor da RAP até o final do período de concessão e o novo valor presente desse fluxo reajustado servirá como base para a remuneração dos ativos financeiros (contas a receber) para o próximo ciclo pela mesma taxa efetiva de juros.

No 3T11 as Receitas Financeiras somaram R\$ 561,5 milhões, crescimento de 65,2% quando comparada aos R\$ 339,9 milhões do 2T11 e 35,8% quando comparado aos R\$ 413,5 milhões do 3T10, refletindo a remuneração do saldo, reajustado pela RAP, do contas a receber.

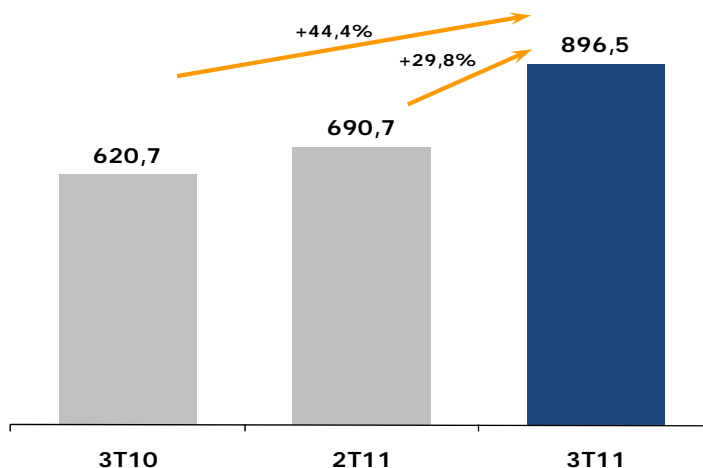
Outras Receitas - As outras receitas referem-se a aluguéis junto à empresa de telefonia fixa e prestação de serviços relacionados à manutenção e análise técnicas contratadas por terceiros.

■ Deduções da Receita Operacional

As Deduções da Receita Operacional aumentaram 17,8% no trimestre e 33,1% nos últimos 12 meses, atingindo R\$ 105,7 milhões no 3T11 contra R\$ 89,7 milhões no 2T11 e R\$ 79,4 milhões no 3T10 devido ao aumento verificado nos últimos 12 meses de 53,2% dos impostos sobre a receita, que reflete o crescimento da receita operacional.

■ Receita Operacional Líquida

Em decorrência dos fatores mencionados anteriormente, a Receita Operacional Líquida aumentou 29,8% no trimestre, somando R\$ 896,5 milhões frente aos R\$ 690,7 milhões do 2T11. Nos últimos 12 meses o crescimento representa 44,4%, quando reportou R\$ 620,7 milhões no 3T10.



■ Custos dos Serviços da Operação e Despesas Operacionais

Os custos de construção e de operação e manutenção tiveram aumento de 11,8% frente ao 2T11 e de 65,0% em relação ao mesmo período do ano passado, totalizando R\$ 357,9 milhões no 3T11 frente aos R\$ 320,1 milhões do 2T11 e aos R\$ 216,9 milhões no 3T10. Essa variação decorre, substancialmente, do aumento de 176,3% dos gastos com materiais, refletindo o avanço das obras da Serra do Japi e da IEMadeira bem como das obras de reforços e ampliação da CTEEP nos últimos 12 meses.

Custo do Serviço de Operação

(em R\$ mil)	3T11	2T11	3T10	Var % 3T11/2T11	Var % 3T11/3T10
Pessoal	-45.661	-40.736	-45.299	12,1%	0,8%
Material	-210.077	-209.955	-76.031	0,1%	176,3%
Arrendamentos e aluguéis	-1.893	-2.346	-1.713	-19,3%	10,5%
Serviços	-93.881	-63.449	-86.398	48,0%	8,7%
Outros	-6.402	-3.633	-7.430	76,2%	-13,8%
Total	(357.914)	(320.119)	(216.871)	11,8%	65,0%

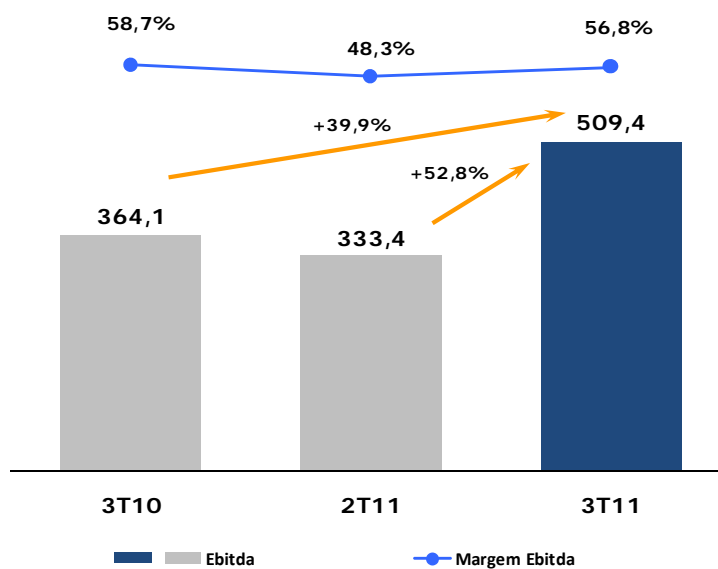
As Despesas Gerais e Administrativas apresentaram redução de 20,8% frente ao 2T11 e queda de 25,4% em relação ao 3T10, substancialmente, devido a redução das contingências compensadas pelo aumento do saldo de execuções provisórias para cauções e depósitos vinculados (Nota 9 do ITR de 30 de setembro).

Despesas Gerais e Administrativas

(em R\$ mil)	3T11	2T11	3T10	Var % 3T11/2T11	Var % 3T11/3T10
Pessoal	-10.649	-10.630	-9.244	0,2%	15,2%
Material	-435	-399	-551	9,0%	-21,1%
Arrendamentos e aluguéis	-1.638	-1.209	-1.024	35,5%	60,0%
Serviços	-11.767	-8.376	-8.706	40,5%	35,2%
Depreciação	-1.582	-1.639	-1.489	-3,5%	6,2%
Contingências	-1.035	-12.606	-16.114	-91,8%	-93,6%
Outros	-3.661	-3.969	-4.103	-7,8%	-10,8%
Total	(30.767)	(38.828)	(41.231)	-20,8%	-25,4%

■ EBITDA e Margem EBITDA

No 3T11 a margem EBITDA foi de 56,8%, totalizando R\$ 509,4 milhões, crescimento de 52,8% em comparação ao 2T11 e de 39,9% frente ao mesmo período de 2010, quando o EBITDA atingiu R\$ 333,4 milhões e R\$ 364,1 milhões respectivamente.



▪ Resultado Financeiro

O resultado financeiro atingiu despesa de R\$ 40,5 milhões no 3T11 apresentando redução de 24,6% em relação ao 2T11 e aumento de 57,5% frente ao mesmo período de 2010, quando registrou uma despesa de R\$ 53,7 milhões e R\$ 25,7 milhões respectivamente. A queda da despesa financeira no trimestre decorre, substancialmente, do reconhecimento de receita financeira em Juros Ativos referente a decisão judicial favorável à Companhia (Nota 9 (b) do ITR de 30 de setembro de 2011), bem como ao aumento do saldo médio dos Juros Ativos e Passivos em R\$ 6,7 milhões, resultado da variação cambial ativa acumulada na controlada IEMadeira de R\$ 9,9 milhões, compensada pela variação cambial passiva acumulada de R\$ 3,2 milhões.

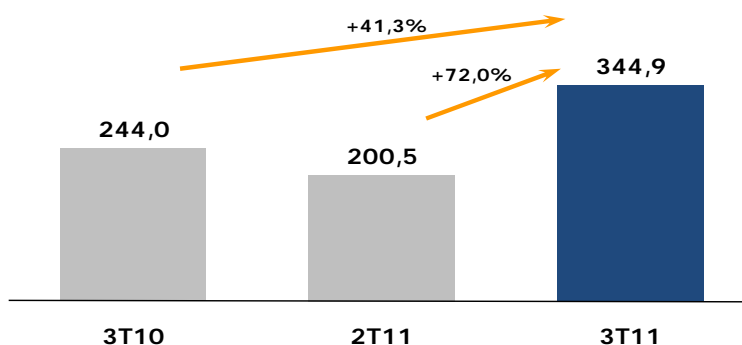
O efeito dos juros sobre capital próprio sobre as despesas financeiras já está desconsiderado para efeito do cálculo do resultado financeiro.

▪ Imposto de Renda e Contribuição Social

As despesas com imposto de renda e contribuição social aumentaram 66,6% nos últimos 12 meses somando R\$ 143,6 milhões no 3T11 contra R\$ 86,2 milhões no 3T10. A taxa efetiva de imposto de renda e contribuição social foi de 29,4% no 3T11 comparado com 26,1% no 3T10.

▪ Lucro Líquido

Em decorrência dos fatores mencionados acima, o lucro líquido do 3T11 totalizou R\$ 344,9 milhões, valor que representa um acréscimo de 72% frente ao 2T11 e 41,3% em relação ao 3T10, quando reportou R\$ 200,5 milhões e R\$ 244,0 milhões respectivamente. O lucro por ação, básico e diluído, no trimestre atingiu R\$ 2,27.



Estrutura de Capital

Composição do Endividamento

A dívida bruta consolidada em 30 de setembro de 2011 somou R\$ 2.494,1 milhões. Do total da dívida bruta consolidada, R\$ 971,5 milhões (39%) estavam vinculados a contratos de empréstimo junto ao BNDES.

Ao final do 3T11, a **dívida líquida** era de R\$ 2.166,6 milhões.

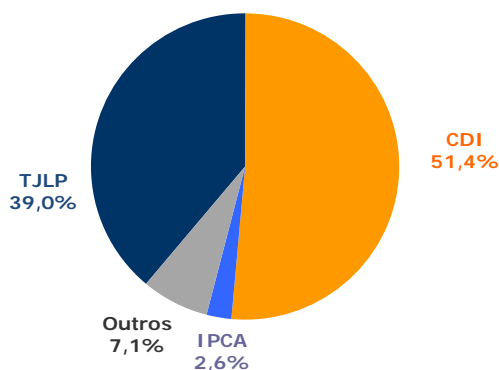
O índice de endividamento (razão entre dívida líquida e patrimônio líquido), ao final do 3T11, atingiu 47,0%.

Fontes	Encargos	Vencimentos	30/09/2011	31/12/2010
BNDES				
CTEEP	TJLP + 2,3% ano	15/06/2015	351.410	421.146
	TJLP + 1,8% ano	15/06/2015	210.417	160.605
IEMG	TJLP + 2,4% ano	15/04/2023	58.889	37.630
IEMADEIRA	TJLP + 2,8% ano	15/01/2012	217.147	185.134
IESUL	TJLP + 2,4% ano	15/05/2025	9.671	-
PINHEIROS	TJLP + 2,6% ano	15/05/2026	123.932	-
Notas Promissórias				
5ª Emissão - CTEEP	CDI + 0,4% ano	05/07/2012	308.237	-
4ª Emissão - CTEEP	CDI + 0,4% ano	12/01/2012	216.998	-
Debêntures				
1ª Série	CDI + 1,3% ano	15/12/2014	507.100	490.405
2ª Série	IPCA + 8,1% ano	15/12/2017	64.911	65.388
Série Única	CDI + 6,5% ano	15/09/2012	205.141	-
Bancos				
CTEEP	USD + 4% ano *	26/04/2013	119.754	-
IENNE	CDI + 2,0% ano	-	2.969	1.396
	10% ano**	19/05/2030	55.748	56.094
IESUL	CDI + 1,5% ano	11/03/2011	-	8.297
Serra do Japi	CDI + 5,5% ano	20/10/2011	40.645	-
Eletrobras	-	15/11/2021	407	441
Arrendamento Mercantil	-	-	726	1.702
Total Consolidado (R\$ mil)			2.494.102	1.428.238

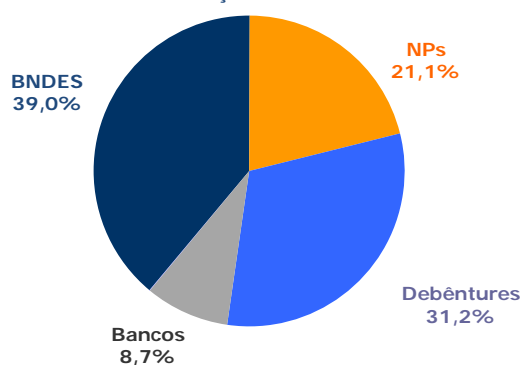
* Com Swap 103,5% CDI.

** Com o bônus de adimplemento de 1,5% o custo da dívida é de 8,5% ao ano.

Distribuição dos Encargos da Dívida

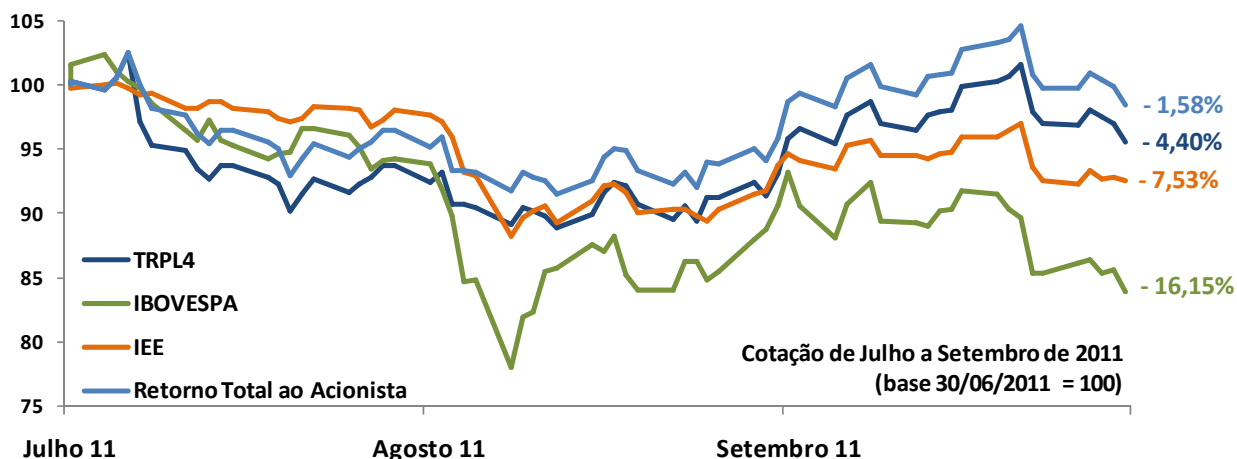


Distribuição da Contratação da Dívida



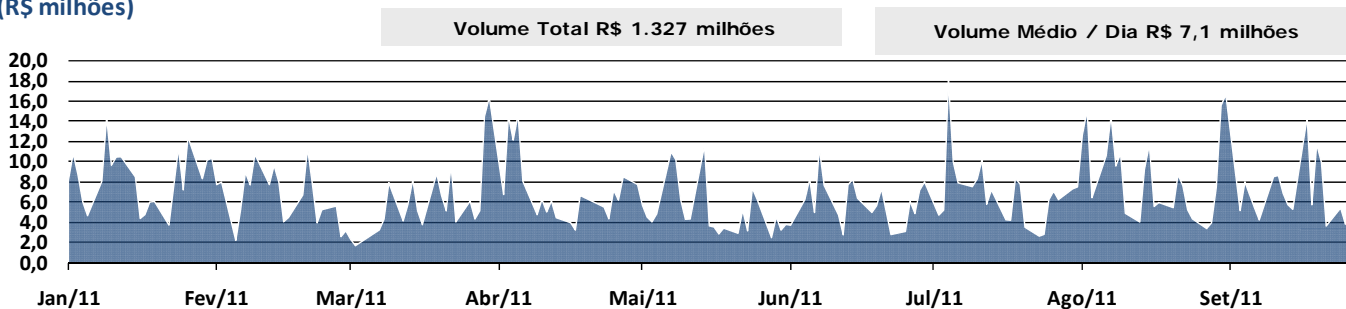
Mercado de Capitais

As ações ordinárias e preferenciais da CTEEP (BM&FBovespa: TRPL3 e TRPL4) encerraram o 3T11 cotadas a R\$ 54,00 e R\$ 47,98, respectivamente, o que representa uma queda de 4,42% e 4,40%, também respectivamente. No mesmo período, o Ibovespa apresentou desvalorização de 16,15% e o Índice de Energia Elétrica (IEE) desvalorizou-se 7,53%.



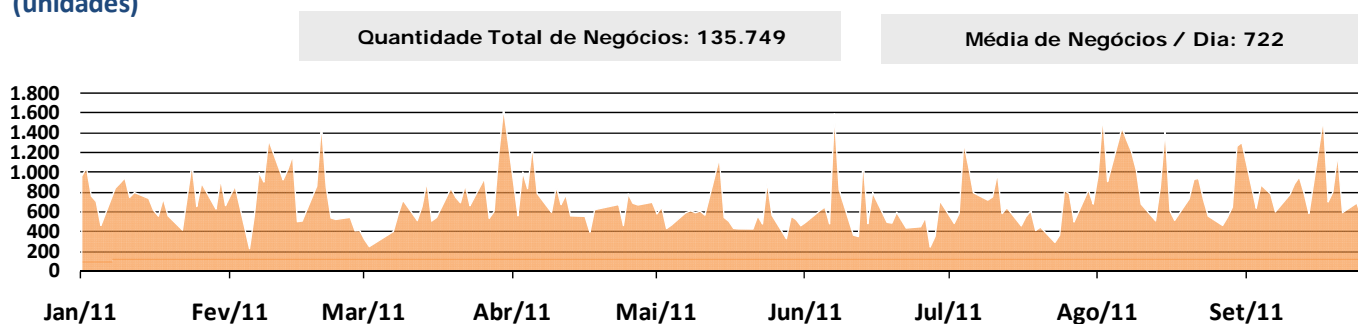
Ao longo do ano, as ações preferenciais da CTEEP (TRPL4) apresentaram volume médio diário de negociação na BM&FBovespa de R\$ 7,1 milhões, somando R\$ 1.327 milhões no acumulado dos nove meses do ano.

Volume Financeiro Negociado - 9M11 (R\$ milhões)

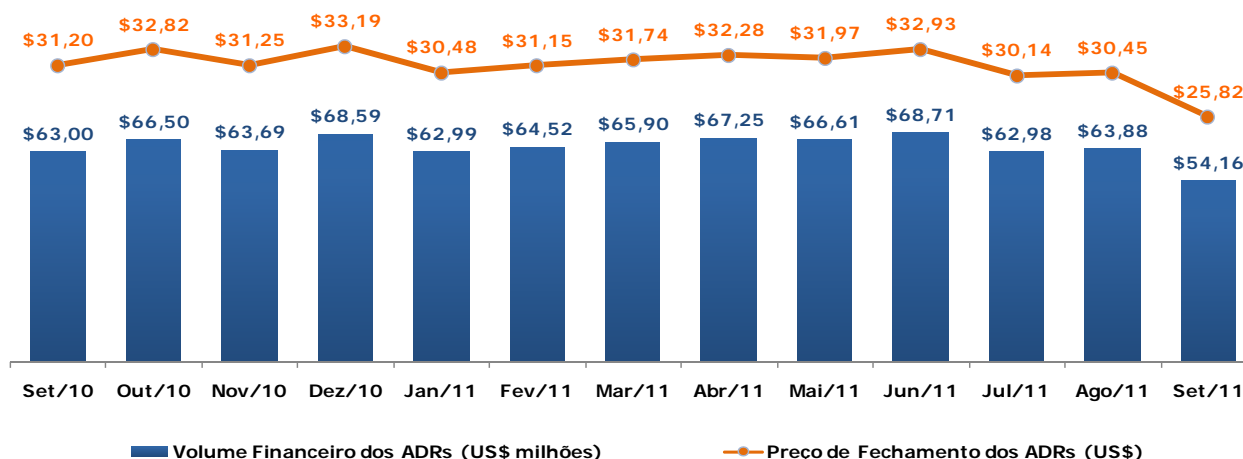


Com uma média diária de 722 negócios, as ações preferenciais da Companhia atingiram 135.749 negócios em 30 de setembro de 2011.

Quantidade de Negócios - 9M11 (unidades)



A CTEEP também participa do programa patrocinado de *American Depositary Receipts* (ADR) Nível 1, lastreados em ações ordinárias e preferenciais à razão de 1 *Depositary Share* para cada 1 ação de ambas as espécies. No encerramento do 3T11, a base acionária da Companhia era composta por 23.699 ADRs referentes às ações ordinárias e 2.097.818 ADRs referentes às ações preferenciais.



Remuneração aos Acionistas

No 3T11, a CTEEP efetuou o pagamento de R\$ 63,5 milhões referentes a Juros sobre o Capital Próprio, correspondentes a R\$ 0,42 por ação de ambas as espécies e R\$ 177,2 milhões referentes a Dividendos, equivalentes a R\$ 1,16 por ação de ambas as espécies.

DELIBERAÇÃO		PROVENTO	REFERÊNCIA	VALORES EM R\$		DATA PGTO
EVENTO	DATA	TIPO	EXERCÍCIO	TOTAL	P/AÇÃO	
RCA	30/06/2011	JCP	2011	63.460.717,92	0,417975	28/07/2011
RCA	30/06/2011	Dividendos	2011	160.524.955,66	1,057275	28/07/2011
RCA	29/04/2011	Dividendos	2010	16.714.326,45	0,110087	28/07/2011
TOTAL PAGO NO - 3T11				240.700.000,03	1,585337	

Investimentos

▪ Leilão de Transmissão 004/2011 - ANEEL

Em 02 de setembro de 2011, através do leilão ANEEL nº 004/2011, em sessão pública realizada na BM&FBOVESPA, a CTEEP arrematou o lote K de forma independente e o lote L através do consórcio Garanhuns com CHESF.

O lote K é composto pela SE Itapeti 345/88kV – novo pátio em 88kV. Este projeto, que será incorporado à subsidiária Pinheiros (100% CTEEP), tem investimento estimado em R\$ 73,0 milhões e RAP de R\$ 4,4 milhões, base setembro de 2011. A entrada em operação está prevista para setembro de 2013.

O lote L é composto pela LT 500kV Luiz Gonzaga – Garanhuns com 224km, LT 500kV Garanhuns Pau Ferro com 239km, LT 500kV Campina Grande – Garanhuns com 190km, LT 500kV Garanhuns – Angelim I com 13km, SE 500/230kV Garanhuns 200MVA e SE Pau Ferro – novo pátio em 500kV. Este projeto tem investimento estimado em R\$ 942,0 milhões e RAP de R\$ 68,9 milhões, base setembro de 2011. A participação acionária da Companhia no empreendimento é de 51%. A entrada em operação está prevista para julho de 2014.

Eventos Subsequentes

▪ APIMEC - 2011

Em 14 de outubro de 2011 a Companhia realizou reunião pública com os profissionais e analistas de investimento do mercado de capitais. Na oportunidade, a CTEEP recebeu o Selo Assiduidade Ouro, pelos 10 anos de participação ininterruptos.

▪ Captação – Lei 4.131

Em 17 de outubro de 2011, a CTEEP contratou um Empréstimo Externo Direto de Longo Prazo com o banco J. P. Morgan Chase (New York), nos termos da lei 4.131 de 03 de setembro de 1962, no valor de USD 85,7 milhões, com a remuneração de variação cambial (VC) +2,15% a.a. Adicionalmente houve a contratação de instrumento de Swap com o banco J. P. Morgan S.A. com o Notional de R\$ 150,0 milhões, trocando VC + 2,15% por 98,35% do CDI ao ano. A Companhia adotará o “Hedge Accounting” e classificará o derivativo contratado como Hedge de Valor Justo (Fair Value Hedge), segundo os parâmetros descritos na norma contábil brasileira CPC 38 e na Norma Internacional IAS 39.

▪ Aumento de Capital Social

Em 28 de outubro de 2011 a CVM autorizou o Registro de Oferta Pública das Sobras de Ações da Companhia. O leilão das sobras de ações foi realizado no dia 04 de novembro de 2011 das 16h00 às 16h15 na BM&FBovespa. Os preços mínimos foram os mesmos praticados nas etapas anteriores ao processo de aumento de capital e as quantidades ofertadas corresponderam às sobras das ações não subscritas. Ao final do leilão restaram ações preferenciais não subscritas. Dessa forma, a Companhia concedeu aos seus acionistas que subscreveram ações no âmbito do Aumento de Capital, o direito de rever sua decisão em relação à subscrição das ações, total ou parcialmente, até o dia 11 de novembro de 2011. A apuração do resultado do período de retratação será divulgado ao mercado até o dia 18 de novembro de 2011.

Anexos

■ Anexo I – Balanço Patrimonial

Ativo (R\$ mil)	30/09/11	31/12/10
CIRCULANTE		
Caixa e equivalentes de caixa	327.466	54.983
Aplicações Financeiras	-	-
Contas a Receber	1.619.672	1.447.328
Estoques	48.181	44.791
Valores a Receber - Secretaria da Fazenda	-	-
Tributos e contribuições a recuperar	13.434	11.230
Despesas pagas antecipadamente	6.794	2.611
Outros	79.856	35.802
	2.095.403	1.596.745
NÃO CIRCULANTE		
Realizável a longo prazo		
Contas a Receber	5.758.275	4.906.438
Valores a Receber - Secretaria da Fazenda	-	-
Benefício Fiscal - ágio incorporado	-	-
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	-	-
Cauções e Depósitos Vinculados	-	-
Outros Ativos Não Circulantes	-	-
Estoques	192.125	184.264
Tributos Diferidos	-	28.050
Outros	215.840	196.783
	6.166.240	5.315.535
Imobilizado	8.786	9.194
Intangível	9.796	9.944
	18.582	19.138
Total do Ativo	8.280.225	6.931.418

Passivo e Patrimônio Líquido (R\$ mil)	30/09/11	31/12/10
CIRCULANTE		
Empréstimos e financiamentos	948.296	332.413
Debêntures	223.654	2.154
Fornecedores	109.631	93.964
Tributos e Encargos sociais a recolher	99.288	88.745
Impostos parcelados - Lei nº 11.941	12.002	10.353
Encargos Regulatórios a recolher	55.414	49.559
Juros sobre o Capital Próprio / Dividendos a pagar	240.447	193.822
Provisões	24.645	22.662
Valores a Pagar - Fundação CESP	5.512	6.503
Instrumentos Financeiros Derivativos	9.256	-
Outros	32.444	13.874
	1.760.589	814.049
NÃO CIRCULANTE		
Exigível a longo prazo		
Empréstimos e Financiamentos	768.654	540.032
Debêntures	553.498	553.639
Impostos parcelados - Lei nº 11.941	145.026	144.964
PIS e COFINS diferidos	-	-
Tributos diferidos	251.021	126.984
Encargos Regulatórios a recolher	2.174	2.174
Provisões	163.945	161.688
Obrigações Especiais - Reversão/Amortização	24.053	24.053
Outros		
	1.908.371	1.553.534
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Capital Social	1.119.911	1.119.911
Reservas de Capital	2.248.067	2.231.779
Reservas de Lucros	1.012.437	1.212.145
Lucros/Prejuízos Acumulados	230.850	-
	4.611.265	4.563.835
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido	8.280.225	6.931.418

■ Anexo II – Demonstrativo de Resultados (R\$ mil)

	3T11	2T11	3T10	Var % 3T11x2T11	Var % 3T11x3T10
Receita Operacional Líquida	896.533	690.735	620.708	29,8%	44,4%
Custos dos serviços de operação	(357.914)	(320.119)	(216.871)	11,8%	65,0%
Resultado Bruto	538.619	370.616	403.837	45,3%	33,4%
(Despesas) receitas operacionais	(9.625)	(73.029)	(47.897)	-86,8%	-79,9%
Honorários da administração	(1.653)	(1.558)	(1.694)		
Outras Despesas Gerais e Administrativas	(29.114)	(37.270)	(39.537)		
Outras Despesas Operacionais	(7.208)	(35.698)	(7.208)		
Outras Receitas Operacionais	28.350	1.497	542		
Resultado Anterior ao Resultado Financeiro e dos Tributos	528.994	297.587	355.940	77,8%	48,6%
Resultado Financeiro	(40.522)	(53.749)	(25.724)	-24,6%	57,5%
Receitas Financeiras	43.158	8.004	12.359		
Despesas Financeiras	(83.680)	(61.753)	(38.083)		
Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	488.472	243.838	330.216	100,3%	47,9%
Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	(143.609)	(43.333)	(86.206)	231,4%	66,6%
Corrente	(73.799)	(54.638)	(41.729)		
Diferido	(69.810)	11.305	(44.477)		
Resultado Líquido das Operações Continuadas	344.863	200.505	244.010	72,0%	41,3%
Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	344.863	200.505	244.010	72,0%	41,3%
Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	344.863	200.505	244.010		
Atribuído a Sócios Não Controladores	-	-	-		
Lucro por Ação - (Reais / Ação)	2,2714	1,3206	1,6071	72,0%	41,3%
Quantidade de Ações (unidades mil)	151.828	151.828	151.828		

- Anexo III – Fluxo de Caixa (R\$ mil)

	9M11	9M10
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Caixa Líquido Atividades Operacionais	67.979	566.764
Caixa Gerado nas Operações	1.104.594	816.700
Lucro Líquido	751.224	641.575
Depreciação e Amortização	4.733	4.423
Imposto de renda e contribuição social diferidos	61.093	20.944
Provisão para contingências	2.295	(840)
Valor residual de ativo permanente baixado e doações	16	110
Perda na Variação Part. Controlada	28.490	160
Reversão da provisão perda em Controlada	(1.834)	-
PIS e COFINS Diferidos	82.300	33.934
Amortização de ágio	21.624	21.624
Juros e variações monetárias e cambiais sobre ativos e passivos	154.653	94.770
Variações nos Ativos e Passivos	(1.036.615)	(249.936)
Clientes	(918.394)	(239.057)
Estoques	(11.275)	(40.154)
Valores a receber – Secretaria da Fazenda	(87.849)	(66.480)
Tributos e contribuições compensáveis	(1.986)	202.520
Cauções e depósitos vinculados	(12.610)	2.805
Despesas pagas antecipadamente	(4.183)	(2.726)
Outros	11.472	(52.082)
Fornecedores	15.008	9.872
Tributos e encargos sociais a recolher	10.494	(23.948)
Encargos regulatórios a recolher	5.683	4.663
Provisões	1.932	(8.293)
Valores a pagar - Fundação Cesp	(991)	378
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	577	-
Impostos Parcelados - Lei nº 11.941	(6.545)	-
Outros	(37.948)	(37.434)
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Imobilizado	(1.907)	(1.902)
Intangível	(2.138)	-
Investimentos	(13.109)	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(17.154)	(1.902)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Adições de empréstimos	1.209.561	870.997
Pagamentos de empréstimos (inclui juros)	(330.742)	(625.786)
Dividendos pagos	(673.449)	(555.188)
Integralização de Capital	16.288	28.030
Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamentos	221.658	(281.947)
Variação de Caixa e Equivalentes		
Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	272.483	282.915
Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	54.983	43.234
Saldo Final de Caixa e Equivalentes	327.466	326.149